

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.624 - SP (2018/0332696-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : JOAO MAXIMO GOMES
ADVOGADOS : PAULO RENATO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP130163
JAIR MOYZES FERREIRA JUNIOR E OUTRO(S) - SP121910
JOSÉ HENRIQUE DONISETE GARCIA DE CAMPOS - SP155640
AGRAVADO : BANCO ITAULEASING S.A.
ADVOGADOS : AURICÉLIA MARIA ALVES DA SILVA DUARTE - SP185449
EDUARDO CHALFIN E OUTRO(S) - SP241287
ANTONIO JOSÉ MONTEIRO GASPAR - SP355928

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JOÃO MAXIMO GOMES contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fls. 449):

ARRENDAMENTO MERCANTIL. Indenizatória. Partes - que entabularam acordo de quitação do contrato. Guia de levantamento dos valores depositados pelo autos em ação consignatória que foi expedido apenas 5 anos após o transito em julgado da decisão que homologou acordo. DANO MORAL. Situação que não remete ao dano moral *in re ipsa*. Autor não fez qualquer comprovação dos alegados prejuízos. Gravame que perdurou por mais de cinco anos, sem demonstração de qualquer reflexo negativo na vida do autor, e que remete tão-somente à anotação de existência de contrato de alienação fiduciária sem outras consequências, incapaz de abalar a moral do homem médio. RETIRADA DO GRAVAME. Prazo fixado em sentença que se mostra razoável com as circunstâncias do caso concreto. ASTREINTES. Pretensão de afastamento ou redução do quantum. Descabimento. Valor das astreintes suficiente e adequado às esmiuçadas peculiaridades da causa. Manutenção que se impõe. Sentença mantida. Recursos não providos, com observação.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 466-469).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 473-498), a parte recorrente sustentou violação aos seguintes dispositivos:

a) arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que a Corte de origem não sanou as omissões e contradições supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, mesmo diante da oposição dos embargos declaratórios, o que teria configurado negativa de prestação jurisdicional;

b) arts. 186 e 927 do Código Civil, alegando que a conduta do Banco recorrido de manter a restrição sobre o veículo ocasionou dano moral;

c) art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, sustentando que a responsabilidade civil da instituição financeira é objetiva, fundada na teoria do risco do

empreendimento.

Apontou, ainda, divergência jurisprudencial sobre o tema.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 513-514 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 559-561 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, a apontada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca das razões pelas quais entendeu afastou a indenização por danos morais requerida pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido pela parte recorrente.

Assim constou do acórdão (fls. 451, e-STJ):

Segundo bem relatado pelo juízo a quo o acordo entabulado apresenta cláusulas contraditórias quanto à forma de quitação, sendo "certo que ambas as partes participaram e firmaram a avença supracitada, de modo a haver **culpa concorrente** quanto à manutenção do gravame, na medida em que não a retificaram, tampouco requereram a expedição da guia de levantamento dos valores depositados no autos da consignatória" (fls. 348).

Além da mencionada culpa concorrente das partes quanto à manutenção do gravame, é certo que durante todo o período em que ele foi mantido, **o autor não comprovou ter sofrido qualquer tipo de situação vexatória.**

No caso em tela, portanto, não se cuida de situação que enseje o reconhecimento de danos morais in re ipso. Os alegados prejuízos não restaram comprovados.

Assim, tendo o *decisum* embargado decidido de modo claro e fundamentado pela ausência de comprovação de ocorrência do dano, apenas contrário a interesse da parte, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO AGRAVANTE.

(...)

2. Não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a adoção de posicionamento contrário ao interesse da parte, nem está o magistrado obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos.

(...)

(AgInt no REsp 1588575/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE ALUGUÉIS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CONEXÃO. RESCISÃO DE CONTRATO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não há ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quando o Tribunal de origem se manifesta, de modo suficiente, sobre todas as questões levadas a julgamento, não sendo possível atribuir o vício de omissão ao acórdão somente porque decidira em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Precedentes.

(...)

(AgInt no AREsp 1028902/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 25/05/2017)

2. No que diz respeito à alegada ofensa aos arts. 186 e 927 do Código Civil, a parte alega que a conduta do Banco recorrido de manter a restrição sobre o veículo ocasionou dano moral.

No caso, a Corte local, com amparo no acervo fático-probatório dos autos, afastou a ocorrência de dano, porquanto o recorrente não teria comprovado que sofreu qualquer tipo de situação vexatória (e-STJ, fls. 451, e-STJ):

Além da mencionada culpa concorrente das partes quanto à manutenção do gravame, é certo que durante todo o período em que ele foi mantido, **o autor não comprovou ter sofrido qualquer tipo de situação vexatória.**

No caso em tela, portanto, não se cuida de situação que enseje o reconhecimento de danos morais in re ipso. Os alegados prejuízos não restaram comprovados.

(...)

Com efeito, o recorrente não experimentou a dor, o vexame, a humilhação, necessários à configuração do dano moral. Trata-se, na hipótese, de singelo apontamento de existência de veículo com alienação fiduciária, já cancelado, incapaz de abalar a moral do homem médio.

(...)

Ademais, não se tem notícia nos autos de que o autor tenha sofrido cobranças abusivas e tampouco que teve seu nome levado ao cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, certo, ainda, que se o banco se quedou inerte quanto ao cumprimento da obrigação, igualmente assim permaneceu o autor.

Assim, descabida a fixação de indenização, visto que não houve afronta à moral do recorrente.

Nesse contexto, tendo a Corte estadual concluído que o recorrente não experimentou abalo moral, a alteração dessa premissa ensejaria necessariamente o reexame da narrativa fática delineada na demanda, bem como das provas que instruem os autos, o que não se admite em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 deste Tribunal.

A propósito:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BAIXA DE GRAVAME. VEÍCULO AUTOMOTOR. DEMORA. DANO MORAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. O simples atraso em baixar gravame de alienação fiduciária em registro de veículo automotor não é apto a gerar, in re ipsa, dano moral, sendo indispensável demonstrar a presença de efetivas consequências que ultrapassem os aborrecimentos normais vinculados a descumprimento obrigacional. Precedentes.

3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1320858/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 20/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA.

DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL. DEMORA NA BAIXA DE GRAVAME. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO NA ESPÉCIE. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. REVISÃO.

INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A alteração da conclusão adotada pelo Tribunal de origem quanto à não caracterização do dano moral em razão do descumprimento de acordo judicial, consubstanciado na demora na baixa de gravame que pendia sobre veículo, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado sumular n. 7 desta Corte Superior.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1631641/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 05/05/2017)

3. Registre-se que consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.

REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.

2. O reexame de fatos e provas não é possível na via especial, devido ao óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido.

4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1423333/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS ENTRE EX-CÔNJUGES. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. "A incidência da Súmula 7/STJ sobre o tema objeto da suposta divergência impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea c do art. 105, III, da Constituição Federal" (AgRg no AREsp n. 97.927/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1363571/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/04/2019, DJe 23/04/2019)

4. Consta-se da leitura do acórdão recorrido que o Tribunal de origem – apesar de opostos os embargos declaratórios pela parte agravante – não decidiu acerca do art. 14 do CDC, de modo a viabilizar o requisito do prequestionamento, indispensável ao conhecimento do recurso especial.

Com efeito, a Corte estadual afastou a responsabilidade civil do recorrido com base na ausência de prova de ocorrência de dano moral, não tendo se pronunciado sobre a incidência da legislação consumerista.

Cabe ressaltar que o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, não sendo suficiente para a sua configuração a mera indicação pela parte do dispositivo legal que entende afrontado, constitui exigência inafastável contida na própria previsão constitucional ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais pressupostos ao seu conhecimento.

Dessa forma, não examinada pela instância ordinária a matéria objeto do especial, ausente o prequestionamento. Incide, portanto, o enunciado 211 de Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO

AGRAVO INTERNO DA PARTE ADVERSA, RECONSIDEROU DELIBERAÇÃO ANTERIOR E, DE PLANO, NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVADA.

1. A ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do STJ. 1.1. Ademais, esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal local, o que não ocorreu na hipótese. Precedentes.

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no REsp 1294929/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 14/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DESERÇÃO. ART. 511 DO CPC/73.

1. Ação de cobrança devido ao pagamento de sobreestadia, na qual pleiteia o pagamento da quantia de R\$ 9.782,82 (nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

(...)

5. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1161758/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019)

5. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator